



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PREGÃO N.º 028/2019**

**PAD N.º 8760/2019**

**SERVIÇO DE IMPRESSÃO E VEICULAÇÃO DE OUTDOOR**

**RELATÓRIO FINAL**

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – visando à contratação de serviço de impressão e veiculação de outdoor, para divulgação do último ciclo do Recadastramento Biométrico na Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte –, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, no site *Comprasnet*, bem como disponibilizou o Edital no Portal da Transparência do TRE-BA.
2. Recebido pedido de esclarecimento, em 15.08.2019, via e-mail, a Pregoeira respondeu à indagação, bem como divulgou no *Comprasnet* (doc. 172359/2019).
3. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, às 14h30 (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 71, de 4º de abril de 2019, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.
4. Aberta a sessão, a Pregoeira fez análise preliminar das propostas apresentadas pela única licitante participante do certame, qual seja: **SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL, PUBLICIDADE, PROPAGANDA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**
5. Examinando-se os autos, verifica-se que existem três ou mais empresas na região que se enquadram como microempresas ou empresa de pequeno porte, aptas a fornecer os serviços em análise (docs. 141.170/2019 e 143159/2019). Ademais, em licitação anterior com o mesmo objeto, Pregão Eletrônico 29/2017 (PAD 5993/2017) participaram mais de cinco licitantes enquadradas como ME/EPP.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

6. Não obstante à participação de apenas uma licitante, foi aberta a fase de lances, conforme ata acostada aos autos (doc. 172362/2019) <sup>1</sup>.
7. Encerrada a supramencionada etapa, passou-se à fase de aceitação das propostas, na qual houve tentativas de negociação, mesmo os preços estando de acordo com os valores estimados pela Administração. Assim, a Pregoeira enviou contrapropostas de preços para avaliação da licitante. Apesar de não aceitar as contrapropostas, a licitante foi novamente indagada sobre a possibilidade de negociação, aceitando, por fim, reduzir o preço de todos os itens, consoante confirmado por *chat* e pelo documento anexado ao sistema (fls. 34 a 39 do doc. 172543/2019).
8. A licitante, igualmente, confirmou, via *chat*, que suas propostas atendem às especificações do Edital.
9. Por conseguinte, foram aceitas as propostas da empresa, pelos valores negociados, conforme se verifica no documento “Resultado por Fornecedor” (doc. 172545/2019).
10. Na fase de Habilitação, a Pregoeira procedeu aos seguintes passos, conforme consta no documento do PAD n.º 172543/2019: acessou o SICAF, consultou o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (em nome da licitante e também do seu sócio majoritário). A licitante encaminhou, ainda, como anexo ao *Comprasnet*, a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos com o Fisco Municipal. A validade e autenticidade de ambos os documentos anexados pela licitante foram confirmadas pela Pregoeira, por meio de consulta aos sites com o código de validação, conforme consta nos autos (fls. 27 e 29 do doc. 172543/2019).
11. Além disso, foram feitas as devidas conferências de todas as declarações firmadas pela licitante no site *Comprasnet*, a exemplo da declaração de ausência de trabalho de menor e declaração de inexistência de fato superveniente, tendo sido juntado aos autos o espelho das declarações firmadas no aludido sistema (fl. 40 do doc. 172543/2019).
12. Importante consignar que o SICAF acusou uma ocorrência impedida indireta em relação à empresa PA Comércio e Serviços Gerais EIRELI, que possui o mesmo sócio majoritário da licitante, tendo sido penalizada com a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, com prazo de 13/08/2019 até 13/11/2019, em virtude de descumprimento da Lei nº 10.520/02, art. 7º (fl. 5 do doc. 172364/2019).

<sup>1</sup> A pregoeira deixou de assinar eletronicamente a ata do pregão, a fim de viabilizar a leitura do documento.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

13. Analisada a ocorrência, constata-se, pelos documentos de credenciamento e habilitação jurídica, que a licitante possui data de abertura em 28/02/2014, sendo que a empresa penalizada PA Comércio e Serviços Gerais EIRELI foi criada em 07/02/2017. Ou seja, a empresa participante do certame foi constituída antes da penalidade, além de ser existência anterior à própria criação da empresa que foi sancionada. Portanto não existem elementos robustos para se inferir que a empresa foi criada para escapar da punição, haja vista que sua existência é anterior à criação da empresa penalizada. Desse modo, não se pode afastar a personalidade jurídica da empresa sem prova de abusos ou fraude, considerando-se que o afastamento é medida excepcional, uma vez que a legislação civil garante às pessoas jurídicas existência distinta da de seus sócios.

14. Verificada a regularidade de toda a documentação de habilitação, a empresa **SILK BRINDES COMUNICAÇÃO VISUAL, PUBLICIDADE, PROPAGANDA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.** foi habilitada. Encerrado o prazo final para registro da intenção de recurso, foram adjudicados os itens licitados, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc. 172368/2019).

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 22 de agosto de 2019

Milena Austregésilo Herêda  
Pregoeira